

Índice da Matéria

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

CAPÍTULO I – CONCEITO, HISTÓRIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

§ 1º	Direito Processual Civil	3
1.	Noções gerais	3
2.	Definição	4
3.	Natureza.....	5
4.	Relações com outros ramos do Direito.....	5
5.	Objetivo	6
6.	Novos rumos do direito processual civil	8
7.	Universalidade dos problemas do processo moderno.....	9
§ 2º	História do Direito Processual Civil	11
8.	Origens.....	11
9.	Evolução: mundo clássico. Grécia	11
10.	O processo civil romano	12
11.	Processo comum.....	13
12.	O processo civil moderno (fase científica).....	14
13.	Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI.....	15
14.	Direito processual civil brasileiro.....	16
15.	Regulamento nº 737	17
16.	Códigos estaduais	18
17.	Códigos unitários	18
18.	O Código de 1973.....	18
19.	As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil	20
20.	A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional.....	21
21.	O Código de Processo Civil de 2015.....	23
§ 3º	Fontes do Direito Processual Civil	29
22.	Noções gerais	29
23.	Lei processual.....	30

24.	A Constituição e os tratados	32
25.	Doutrina e jurisprudência.....	32
26.	A lei processual no tempo	35
27.	A lei processual no espaço.....	37
28.	Interpretação das leis processuais	37

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

§ 4º	Princípios Informativos do Direito Processual	41
29.	Noções gerais: princípios universais	41
30.	Princípios informativos e normas fundamentais do processo	44
31.	Princípio do devido processo legal	45
32.	Processo legal e processo justo	47
33.	Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental	52
34.	Princípio da verdade real.....	54
35.	Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	56
36.	Princípio da oralidade.....	58
	36.1. Processo justo e oralidade	60
	36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional	60
37.	Princípio da economia processual.....	61
38.	Princípio da duração razoável do processo.....	62
39.	Princípio da eventualidade ou da preclusão	63
§ 5º	Normas Fundamentais do Processo Civil.....	64
40.	Noções introdutórias.....	64
41.	Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	65
42.	Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º)	67
43.	Princípio da demanda.....	69
44.	Acesso à Justiça (art. 3º).....	70
45.	Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	71
46.	Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º).....	72
47.	Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	74
	47.1. Responsabilidade civil do Estado pela violação da garantia de duração razoável do processo	75
48.	Boa-fé (art. 5º).....	77
49.	Princípio da cooperação (art. 6º).....	81
50.	Princípio do processo justo e efetivo	84
51.	Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10).....	85
	51.1. Contraditório e questões de fato e de direito.....	89
52.	Princípio da legalidade (art. 8º).....	89
53.	Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º).....	92
54.	Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º).....	94
	54-A. A eficiência como dinamicidade do processo e sua sistematização operacional.....	95

55.	Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11).....	97
55.1.	Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo CPC/2015.....	99
55.2.	Dimensões da fundamentação no processo civil constitucionalizado.....	100
56.	Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12).....	101
§ 6º	Aplicação das Normas Processuais.....	103
57.	Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13).....	103
58.	Legislação estadual concorrente.....	103
59.	Aplicação imediata da lei processual (art. 14).....	104
60.	Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15).....	105

CAPÍTULO III – FUNÇÃO JURISDICIONAL

§ 7º	Jurisdição, Processo e Ação.....	107
61.	Imperatividade da ordem jurídica.....	107
62.	Justiça privada e justiça pública.....	107
63.	As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	108
§ 8º	Jurisdição.....	109
64.	Jurisdição.....	109
65.	Jurisdição, função e efetividade.....	111
66.	Características da jurisdição.....	113
66-A.	A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional.....	116
67.	Imparcialidade e disponibilidade.....	117
68.	Objetivo da jurisdição.....	118
69.	Efetividade da tutela jurisdicional.....	119
70.	Princípios fundamentais.....	120
71.	Jurisdição civil.....	122
72.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	122
73.	Substitutivos da jurisdição.....	126
74.	A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	128
75.	Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito.....	131
§ 9º	Processo.....	135
76.	Conceito.....	135
77.	A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	136
78.	Processo e procedimento.....	137
79.	Características do procedimento.....	140
80.	Autonomia do processo.....	140
81.	Espécies de processo.....	141
82.	Funções do processo.....	142
83.	Independência dos processos.....	143
84.	Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	144

85.	Tutela ordinária e tutela de urgência.....	145
86.	Tutela sancionatória e tutela inibitória	145
87.	Pressupostos processuais	147
88.	Os pressupostos processuais e a nulidade do processo	149
§ 10.	Ação	152
89.	O monopólio estatal da justiça	152
90.	A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional.....	152
91.	Autonomia do direito de ação	153
92.	A evolução do conceito de ação.....	154
93.	Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	156
93.1.	Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional	156
94.	A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	157
94.1.	Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado	159
95.	Condições da ação.....	161
96.	Enumeração e conceituação das condições da ação	164
97.	Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil.....	167
98.	Limites temporais da apreciação das condições de ação.....	173
99.	Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa	175
99.1.	Mérito da causa: objeto do processo.....	176
100.	Classificação das ações.....	177
101.	Ação e pretensão.....	179
102.	Ação e pretensão nos planos material e processual	180
103.	Ação e causa	183
104.	Elementos identificadores da causa	183
105.	Cumulação de ações.....	186
106.	A defesa do réu	187
107.	Espécies de resposta	188

CAPÍTULO IV – ELEMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO

§ 11.	Elementos do Processo	189
108.	Visão dinâmica e estática do processo.....	189
109.	A relação processual.....	190
110.	Classificação dos elementos do processo	190
§ 12.	Efeitos da Relação Processual.....	192
111.	Noções gerais	192
112.	Direitos processuais.....	192
113.	Obrigações processuais.....	192
114.	Deveres processuais.....	192
115.	Ônus processuais	193

Parte II – Competência

CAPÍTULO V – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

§ 13. Noções Gerais	195
116. Conceito.....	195
116.1. Jurisdição e competência.....	196
117. Distribuição da competência	197
118. Classificação da competência	197
§ 14. Competência Internacional	198
119. Noções gerais	198
120. Espécies de competência internacional.....	198
121. Competência concorrente e litispendência.....	200
§ 15. Cooperação Internacional	202
122. Noções gerais	202
123. Modalidades de cooperação.....	204
124. Do auxílio direto.....	204
125. Da carta rogatória.....	206
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória.....	207
§ 16. Competência Interna	209
127. Noções gerais	209
128. Competência em matéria civil.....	210
129. Competência da Justiça Federal	210
130. Competência das Justiças Estaduais.....	212
§ 17. Critérios de Determinação da Competência Interna	214
131. Generalidades	214
132. Competência do foro e competência do juiz	215
133. Divisão da competência do foro	216
134. Cumulatividade de juízos competentes	216
135. Competência por distribuição	216
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	217
§ 18. Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	221
137. Competência em razão do valor da causa.....	221
138. Competência em razão da matéria.....	221
§ 19. Competência Funcional	222
139. Conceito.....	222
140. Classificação.....	222
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição	222
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo	223

§ 20. Competência Territorial	224
143. Conceito.....	224
144. Foro comum.....	224
145. Foros subsidiários ou supletivos.....	225
146. Foros especiais.....	225
147. Ações reais imobiliárias.....	226
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	227
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal.....	228
150. Foros <i>ratione personae</i>	230
151. Foro das pessoas jurídicas.....	231
152. Foro dos Estados e Municípios.....	232
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.....	232
154. Foro relativo à arbitragem.....	233
155. Foro do idoso.....	234
156. Foro central e foros distritais ou regionais.....	235
§ 21. Modificações da Competência	237
157. Competência absoluta e competência relativa.....	237
158. Prorrogação de competência.....	238
159. Prorrogação legal. Conexão e continência.....	238
160. Modalidades de conexão.....	239
161. Continência.....	241
162. Intensidade da conexão.....	241
163. Efeito prático da conexão.....	244
164. Efeito prático da continência.....	245
165. Prevenção.....	246
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	246
167. A conexão e a competência absoluta.....	247
168. Oportunidade da reunião das ações conexas.....	248
169. Outros casos de prorrogação legal.....	249
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	250
171. Prorrogação voluntária.....	252
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	254
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão.....	255
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal.....	257
§ 22. Declaração de Incompetência	258
175. Verificação de competência.....	258
176. Alegação de incompetência.....	258
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	260
§ 23. Conflito de Competência	263
178. Noções gerais.....	263
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	264
180. Procedimento do conflito.....	264
181. Efeitos do conflito.....	265

§ 24. Cooperação Nacional	267
182. Noções gerais	267

Parte III – Sujeitos do Processo

CAPÍTULO VI – PARTES E PROCURADORES

§ 25. Partes	271
183. Partes.....	271
184. Nomenclatura	272
185. Substituição processual.....	273
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso	275
187. Capacidade processual.....	276
188. Massas patrimoniais personalizadas.....	278
189. Capacidade processual das pessoas casadas	278
190. Curatela especial.....	281
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.....	282
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação.....	285
§ 26. Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	287
193. Deveres.....	287
194. Ato atentatório à dignidade da justiça	289
195. Responsabilidade das partes por dano processual.....	292
196. Direitos.....	296
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves.....	296
197-A. Tutela especial das vítimas de violência doméstica	297
§ 27. Despesas e Multas	298
198. Ônus financeiro do processo	298
199. Antecipação das despesas.....	298
200. Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>).....	301
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	301
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência.....	302
203. Extinção do processo por perda do objeto.....	304
204. Sucumbência recíproca.....	305
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	305
206. Multas.....	306
207. Honorários de advogado	306
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado.....	306
209. Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos.....	307
210. Honorários do curador especial	308
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários	309
212. Inoperância da sucumbência	317
213. Fixação dos honorários.....	318
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública	319
214-A. Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.....	320
214-B. Direito intertemporal em matéria de honorários de sucumbência	321

215.	Alguns casos especiais de fixação de honorários	322
216.	Execução dos honorários de sucumbência	323
217.	Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios.....	324
218.	Assistência judiciária (gratuidade da justiça)	325
219.	Assistência judiciária e atos notariais ou registrai.....	327
220.	Procedimento para obtenção da assistência judiciária.....	328
221.	Regime especial de intimação da Defensoria Pública	329
222.	Revogação do benefício.....	329
§ 28.	Advogados	331
223.	Capacidade de postulação	331
224.	O mandato judicial.....	331
225.	Revogação e renúncia do mandato	333
226.	Direitos e deveres.....	333
§ 29.	Sucessão das Partes e dos Procuradores	336
227.	Sucessão de parte.....	336
228.	Sucessão do advogado.....	338

CAPÍTULO VII – PLURALIDADE DE PARTES

§ 30.	Litisconsórcio	339
229.	Pluralidade de partes.....	339
230.	Classificações	339
231.	Espécies de litisconsórcio	340
232.	Sistema do Código.....	342
233.	Casos legais de litisconsórcio	342
234.	Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário	344
235.	Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo Código atual.....	344
236.	Litisconsórcio necessário ativo e passivo	346
	236-A. Um caso de litisconsórcio facultativo não unitário: a responsabilidade dos pais por atos danosos dos filhos menores.....	347
237.	Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário	348
238.	Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	350
239.	Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz.....	351
240.	Litisconsórcio facultativo unitário	353
241.	Litisconsórcio facultativo recusável	354
242.	Posição de cada litisconsorte no processo.....	355
243.	Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	357
§ 31.	Intervenção de Terceiros	359
244.	Conceito.....	359
245.	Classificações	359
§ 32.	Assistência	361
246.	Conceito.....	361

247.	Pressupostos da intervenção	361
248.	Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	362
249.	Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial.....	365
250.	Procedimento.....	365
251.	Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial	366
252.	Encargos do assistente e limites de sua atuação	368
253.	Recursos.....	369
254.	A assistência e a coisa julgada.....	370
255.	Assistência provocada.....	371
256.	Assistência atípica ou negociada	372
257.	Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual	373
258.	O recurso de terceiro prejudicado.....	374
§ 33.	Denúnciação da Lide.....	377
259.	Conceito.....	377
260.	Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos	379
261.	Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	379
262.	Obrigatoriedade da denúnciação da lide.....	382
263.	Casos de não cabimento da denúnciação da lide	384
264.	Objetivo do incidente.....	384
265.	Legitimação	385
266.	Procedimento.....	385
267.	Efeitos da denúnciação da lide.....	387
268.	Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação	389
269.	Recursos.....	390
270.	Execução da sentença.....	390
271.	Denúnciações sucessivas	392
§ 34.	Chamamento ao Processo	395
272.	Conceito.....	395
273.	Casos de admissibilidade do incidente.....	395
274.	Procedimento.....	397
275.	Chamamento ao processo nas ações do consumidor	397
276.	O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	398
§ 35.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	400
277.	A desconsideração da personalidade jurídica	400
	277.1. Inovações do art. 50 do Código Civil, introduzidas pela Lei 13.874/2019	402
278.	A desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	403
279.	Procedimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	404
280.	Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica	408
281.	Prevenção contra a fraude.....	408
§ 36.	<i>Amicus Curiae</i>	411
282.	Conceito.....	411

283.	Natureza jurídica	412
284.	Procedimento da intervenção	414
285.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	417
286.	Deslocamento de competência	418
287.	Custas e honorários processuais	418

CAPÍTULO VIII – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

§ 37. Organização Judiciária	419
288. O Poder Judiciário brasileiro	419
289. Duplo grau de jurisdição	421
290. Jurisdição extraordinária	421
291. Competência	422
292. Disciplina da magistratura	423
§ 38. Órgãos Judiciários	424
293. Juizes	424
294. Requisitos de atuação do juiz	424
294.1. Limites necessários à independência do juiz	425
295. Garantias da magistratura	426
296. Poderes e deveres procedimentais do juiz	427
297. Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	431
298. Atividade criativa do juiz	433
299. Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial	433
300. Responsabilidade do juiz	436
301. Garantia de imparcialidade do juiz	437
302. Casuísmo legal	437
303. Juiz-testemunha	439
304. Exclusão do juiz suspeito ou impedido	440
305. Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição	440
306. Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais	442
§ 39. Auxiliares da Justiça	444
307. O juízo	444
308. Escrivão ou chefe de secretaria	444
309. Oficial de justiça	446
310. Perito	447
311. Depositário e administrador	449
312. Intérprete e tradutor	450
313. Dos conciliadores e mediadores judiciais	451
314. Outros auxiliares eventuais	464

CAPÍTULO IX – SUJEITOS ESPECIAIS DO PROCESSO

§ 40. O Ministério Público	465
315. Conceito	465

316.	Funções.....	465
316.1.	Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Público.....	467
317.	Natureza.....	468
318.	Ministério Público como parte.....	469
319.	Ministério Público como <i>custos legis</i>	470
320.	Ausência do Ministério Público no processo.....	471
321.	Órgãos do Ministério Público.....	471
322.	Princípios e garantias.....	472
323.	Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público.....	473
§ 41.	Da Advocacia Pública	474
324.	Conceito, funções e prerrogativas.....	474
325.	Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados.....	474
§ 42.	Da Defensoria Pública	475
326.	Conceito, funções e prerrogativas.....	475
327.	Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública.....	475

Parte IV – Atos Processuais

CAPÍTULO X – FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

§ 43.	Atos Processuais	477
328.	Conceito.....	477
329.	Características e natureza dos atos processuais.....	478
330.	Agentes.....	479
331.	Atos do processo e atos do procedimento.....	481
332.	Classificação dos atos processuais.....	481
333.	Forma dos atos processuais.....	482
334.	Publicidade.....	484
335.	Meios de expressão.....	485
336.	Os negócios jurídicos processuais.....	485
337.	Calendário para a prática de atos processuais.....	492
338.	O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar.....	492
339.	O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	495
340.	A prática eletrônica de atos processuais no atual Código de Processo Civil.....	497
340.1.	Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o território nacional baixada pelo CNJ.....	498
341.	O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	499
§ 44.	Atos da Parte	501
342.	Conceito e classificação.....	501
343.	Eficácia dos atos das partes.....	502
344.	Petições e autos suplementares.....	502
345.	Cotas marginais e interlineares nos autos.....	503

§ 45. Atos do Juiz	504
346. Atividade processual do juiz	504
347. Atos decisórios	504
348. Definições legais	505
349. Decisão interlocutória.....	507
350. Despachos.....	509
351. Sentença	510
352. Atos não decisórios	512
353. Forma dos atos decisórios	513
§ 46. Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	515
354. Documentação e comunicação dos atos processuais.....	515
355. Autuação.....	516
356. Termos processuais	516
357. Forma dos termos.....	517

CAPÍTULO XI – O ATO PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

§ 47. O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais.....	519
358. O tempo	519
359. Feriados e férias forenses.....	520
360. Processos que correm nas férias	521
361. Férias e recesso forense	522
362. O lugar	523
§ 48. Prazos	524
363. Disposições gerais.....	524
364. Classificação	525
365. Natureza dos prazos	525
366. Interpretação e aplicação das regras sobre prazo	526
367. O curso dos prazos	527
368. Contagem dos prazos: termo inicial	530
369. Contagem dos prazos no processo eletrônico	533
370. Prazos para recurso	535
371. Ciência inequívoca	537
372. Termo final	538
373. Preclusão.....	539
374. Prazos para as partes	540
375. Prazos para o juiz e seus auxiliares.....	541
376. Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública.....	542
377. Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	543
378. Inobservância de prazo da parte	543
379. Inobservância dos prazos do juiz	544

CAPÍTULO XII – O INTERCÂMBIO PROCESSUAL

§ 49. Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo...	545
380. Intercâmbio processual.....	545

381.	Forma dos atos de comunicação	545
382.	A comunicação eletrônica	546
383.	Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	546
384.	Requisitos das cartas	547
385.	Cumprimento das cartas	548
386.	Cartas urgentes	549
387.	Custas nas cartas.....	549
388.	Cartas rogatórias.....	550
§ 50.	Citação	551
389.	Conceito.....	551
390.	Suprimento da citação	551
391.	Destinatário da citação inicial	553
392.	Local da citação	555
393.	Impedimento legal de realização da citação	555
394.	Modos de realizar a citação	555
395.	Citação por oficial de justiça.....	556
396.	Citação com hora certa	558
397.	Citação pelo correio	560
398.	Citação por edital	562
399.	Citação por meio eletrônico.....	564
400.	Responsabilidade do promovente da citação-edital	564
401.	Efeitos da citação	564
402.	Litispendência.....	565
403.	Litigiosidade.....	565
404.	Mora	566
405.	Prescrição	566
406.	Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	567
	406-A. Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	568
407.	A força de interpelação reconhecida à citação	569
§ 51.	Intimações	571
408.	Conceito.....	571
409.	Forma	571
410.	Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	577
411.	Aperfeiçoamento da intimação.....	579
412.	Intimação em audiência	580
	412-A. Intimação eletrônica	581
413.	Intimação por edital ou com hora certa	582
414.	Efeitos da intimação.....	583
CAPÍTULO XIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS		
§ 52.	Nulidade.....	585
415.	Conceito.....	585

416.	Espécies de vícios do ato processual	585
417.	Atos inexistentes	586
418.	Noção de nulidade.....	586
419.	Atos absolutamente nulos.....	587
420.	Atos relativamente nulos	588
421.	Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	589
422.	Sistema de nulidades do Código	589
423.	Nulidades cominadas pelo Código	590
424.	Nulidades da citação e intimação.....	592
425.	Arguição das nulidades.....	592
426.	Momento da arguição.....	592
427.	Decretação de nulidade	593
428.	Efeitos da decretação.....	594

CAPÍTULO XIV – OUTROS ATOS PROCESSUAIS

§ 53.	Registro, Distribuição e Valor Da Causa	597
429.	Noções introdutórias.....	597
430.	Registro	597
431.	Distribuição.....	597
432.	Distribuição por dependência	598
433.	Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual	599
434.	Valor da causa	603
435.	Impugnação ao valor da causa.....	606

Parte V – Tutela Provisória

CAPÍTULO XV – TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 54.	Noções Gerais	609
436.	Introdução	609
437.	Tutelas de urgência e da evidência	610
438.	Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias	611
439.	A abolição da ação cautelar	614
440.	A visão unitária da tutela de urgência	614
441.	Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência	616
442.	Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência.....	617
442-A.	Modificação e revogação da medida provisória.....	618
442-B.	Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória.....	620
442-C.	Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente.....	620
443.	Regras comuns a todas as tutelas provisórias	621

CAPÍTULO XVI – TUTELAS DE URGÊNCIA (I)

§ 55.	Classificação, Características, Requisitos, Iniciativa, Forma e Conteúdo	623
444.	Classificação das tutelas provisórias cautelares	623
445.	Requisitos da tutela provisória de urgência	624
446.	O <i>fumus boni iuris</i>	625
447.	O <i>periculum in mora</i>	626
448.	Reversibilidade.....	626
449.	Perigo de dano reverso.....	627
450.	Fungibilidade das tutelas de urgência.....	629
451.	Necessidade de fundamentação adequada.....	629
452.	Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	630
453.	Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público.....	631
454.	Comprovação dos requisitos da medida liminar	632
455.	Distinção entre liminar e medida de urgência	633
456.	Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade.....	634
457.	Contracautela.....	636
458.	Oportunidade da tutela de urgência	638
459.	Iniciativa da tutela de urgência e da evidência	638
460.	Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas	639
461.	Poder discricionário na tutela de urgência genérica.....	640
462.	Forma e conteúdo das tutelas de urgência	641
463.	A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida	642
464.	Aplicação prática de medidas inominadas.....	643
465.	Limites do poder geral de cautela.....	644

CAPÍTULO XVII – TUTELAS DE URGÊNCIA (II)

§ 56.	Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência	647
466.	Competência	647
467.	Os procedimentos das tutelas de urgência	651
468.	Tutela de urgência incidental	651
469.	Tutela de urgência antecedente.....	651
§ 57.	Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência Conservativa Antecedente...	653
470.	Petição inicial.....	653
471.	Lide e seu fundamento.....	653
472.	Exposição sumária do direito que se visa assegurar	653
473.	Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional.....	654
474.	Outros requisitos da petição inicial	654
475.	Despacho da petição inicial e a citação do réu	655
476.	A defesa do réu	655
477.	Prazo para o autor deduzir o pedido principal.....	656
478.	Inobservância do prazo de dedução do pedido principal.....	658
479.	Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada	658

480.	Procedimento de dedução do pedido principal	659
481.	Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia	659
§ 58.	Procedimento da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente	662
482.	Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa.....	662
483.	Legitimação	663
484.	Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa.....	664
485.	Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito....	665
486.	Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do CPC/2015	671
487.	Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa.....	672
	487-A. Justificação da estabilização da medida satisfativa urgente sem contraditório.....	676
488.	Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente	677
489.	Pedido de reconsideração.....	678
490.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória	679
491.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar	680
§ 59.	Estabilização da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente	683
492.	O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015.....	683
493.	Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa.....	685
494.	Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena.....	685
§ 60.	Normas Comuns às Tutelas Urgentes	688
495.	Extinção das tutelas de urgência antecedentes	688
496.	Responsabilidade civil pela tutela de urgência	689

CAPÍTULO XVIII – TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 61.	Regime Particular da Tutela da Evidência	691
497.	Tutela da evidência.....	691
498.	Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência	691
499.	Legitimação	694
500.	O casuísmo legal da tutela da evidência	694

CAPÍTULO XIX – FORÇA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

§ 62.	Decisão e Cumprimento das Medidas Provisórias	701
501.	Julgamento da pretensão à tutela provisória.....	701
502.	Cumprimento das medidas de urgência.....	701
503.	Mandamentalidade das medidas de tutela sumária.....	704
504.	Execução das medidas urgentes satisfativas.....	706

505.	Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência.....	707
506.	Provisoriamente do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias.....	707

CAPÍTULO XX – MEDIDAS CAUTELARES NOMINADAS

§ 63.	Regime do CPC/2015	709
507.	Introdução.....	709
508.	Arresto.....	709
509.	Sequestro.....	710
510.	Arresto e sequestro.....	710
511.	Arrolamento de bens.....	711
512.	Registro de protesto contra alienação de bens.....	711
513.	Outras medidas cautelares tradicionais.....	713

Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo

CAPÍTULO XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

§ 64.	Introdução	717
514.	Noções gerais.....	717
§ 65.	Formação do Processo	718
515.	O processo.....	718
516.	Sujeitos da relação jurídico-processual.....	718
517.	Início do processo.....	720
518.	Formação gradual da relação processual.....	720
519.	Estabilização do processo.....	721
520.	Alteração do pedido.....	721
521.	Alterações subjetivas.....	723
§ 66.	Suspensão do Processo	724
522.	Conceito.....	724
523.	Os casos de suspensão do processo.....	724
524.	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	725
525.	Suspensão por convenção das partes.....	727
526.	Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz.....	727
527.	Suspensão por prejudicialidade.....	728
528.	Prejudicialidade e conexão.....	729
529.	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	730
530.	Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo.....	730
531.	Suspensão por motivo de força maior.....	731
532.	Outros casos legais de suspensão.....	731
	532-A. Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção.....	731
	532-B. Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai.....	732

533.	Férias e suspensão do processo.....	732
534.	Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal..	733
§ 67.	Extinção do Processo	734
535.	Encerramento da relação processual	734
536.	Sentenças definitivas e terminativas	734

PARTE ESPECIAL PROCESSO DE CONHECIMENTO

Parte VII – Processo e Procedimento

CAPÍTULO XXII – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 68.	Processo e Procedimentos de Cognição	737
537.	Processo	737
538.	Procedimento.....	738
539.	Procedimentos no processo de cognição	739
540.	Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	740
541.	Esquema do procedimento comum.....	740
542.	Fases do procedimento comum.....	741
543.	Fase postulatória.....	741
544.	Fase saneadora	742
545.	Fase instrutória	742
546.	Fase decisória	743
547.	Adequação do procedimento.....	743
§ 69.	Procedimento Sumário.....	746

Parte VIII – Procedimento Comum

CAPÍTULO XXIII – FASE DE POSTULAÇÃO

§ 70.	Petição Inicial	747
560.	Fases do procedimento comum.....	747
561.	Petição inicial.....	748
562.	Requisitos da petição inicial.....	749
563.	Despacho da petição inicial	752
564.	Casos de indeferimento da petição inicial	754
565.	Extensão do indeferimento	755
566.	Improcedência liminar do pedido.....	756
567.	Intimação da sentença <i>prima facie</i>	758
568.	Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	759
569.	Preservação do contraditório e ampla defesa	759
570.	Efeitos do despacho da petição inicial.....	760

§ 71. O Pedido	763
571. Petição inicial.....	763
572. Pedido	763
573. Requisitos do pedido.....	764
574. Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	764
575. Pedido concludente	765
576. Pedido genérico	765
577. Pedido cominatório.....	766
578. Pedido alternativo.....	768
579. Pedidos subsidiários.....	768
580. Pedido de prestações periódicas.....	770
581. Pedido de prestação indivisível.....	770
582. Pedidos cumulados	771
583. Espécies de cumulação de pedidos	773
584. Interpretação do pedido	773
585. Pedidos implícitos	774
586. Aditamento e modificação do pedido	774
§ 72. A audiência de conciliação ou de mediação	777
587. Introdução	777
588. Audiência preliminar de conciliação ou de mediação.....	777
589. Prazo para a contestação	779
§ 73. A Resposta do Réu	781
590. A defesa do réu	781
591. A resposta do réu.....	781
592. Espécies de defesa.....	782
593. Defesa processual	783
594. Defesa de mérito	784
595. Reconvenção	785
596. Síntese	785
§ 74. Contestação	786
597. Conceito.....	786
598. Conteúdo e forma da contestação	786
599. Ônus da defesa especificada.....	787
600. Preliminares da contestação.....	789
601. Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	792
602. Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	792
603. Alegação de incompetência do juízo	793
604. Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro.....	794
605. Réplica ou impugnação do autor.....	794
§ 75. Reconvenção	795
606. Conceito.....	795

607.	Contestação reconvenção: uma inovação do Código de Processo Civil	795
608.	Pressupostos da reconvenção.....	797
609.	Reconvenção e compensação.....	800
610.	Procedimento.....	801
611.	Reconvenção sem contestação.....	803
612.	Extinção do processo principal	804
§ 76.	Revelia e Reconhecimento do Pedido	805
613.	Revelia.....	805
614.	Os efeitos da revelia.....	806
615.	Alteração do pedido.....	809
616.	Reconhecimento da procedência do pedido.....	810

CAPÍTULO XXIV – FASE DE SANEAMENTO

§ 77.	Providências Preliminares	811
617.	Conceito.....	811
618.	Réplica do autor	812
619.	Revelia e provas.....	812
620.	Intervenção do Ministério Público	813
621.	Ação declaratória incidental	814
622.	Outras providências preliminares	814
§ 78.	Julgamento Conforme o Estado do Processo	815
623.	Conceito.....	815
624.	Extinção do processo	816
625.	Julgamento antecipado do mérito	817
626.	Julgamento antecipado parcial do mérito	818
627.	Liquidação e execução da decisão antecipada parcial	820
628.	Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado	821
§ 79.	Saneamento e Organização do Processo	823
629.	Decisão de saneamento.....	823
630.	Cabimento	824
631.	Conteúdo	825
631.1.	Delimitação consensual das questões de fato e de direito	827
632.	Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento.....	828
633.	Formas da decisão de saneamento	829

CAPÍTULO XXV – INSTRUÇÃO E DEBATE DA CAUSA

§ 80.	Audiência de Instrução e Julgamento.....	831
634.	Audiência.....	831
635.	Características da audiência.....	832
636.	Atos preparatórios	833
637.	Adiamento da audiência.....	834

638.	Antecipação de audiência.....	836
639.	Conciliação.....	836
640.	Procedimento da conciliação.....	838
641.	Instrução e julgamento	839
642.	Documentação da audiência.....	840

CAPÍTULO XXVI – FASE PROBATÓRIA

§ 81. A Prova.....	843
643. Conceito.....	843
644. Direito fundamental à prova.....	844
645. Características da prova.....	845
646. Objeto da prova	846
647. Finalidade e destinatário da prova	850
648. Prova e verdade.....	851
649. Valoração da prova	853
650. Sistema legal da valorização da prova.....	854
651. O sistema do Código.....	857
652. Poder de instrução do juiz.....	858
653. Iniciativa probatória do juiz e democracia.....	863
654. Garantismo processual e ativismo judicial.....	865
§ 82. Ônus da Prova	867
655. Ônus da prova.....	867
656. Ônus da prova: natureza.....	868
657. Os dois aspectos do ônus da prova.....	869
658. Sistema legal do ônus da prova.....	871
659. Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor.....	872
660. Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova	873
661. Distribuição estática do ônus da prova.....	874
662. Distribuição dinâmica do ônus da prova	875
663. Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova	881
664. O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário	882
665. Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório	883
666. Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual.....	884
667. Ônus dinâmico da prova e contraditório	885
668. A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis.....	886
669. Ônus da prova nas ações do consumidor.....	887
670. Convenção sobre ônus da prova.....	889
§ 83. Meios de Prova.....	891
671. Meios de prova.....	891
672. Prova por presunção	891
673. Presunção legal e ficção legal	893
674. Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz.....	894
675. Procedimento probatório	895

676.	Instrução por meio de carta	896
677.	Dever de colaboração com a Justiça.....	897
678.	Prova emprestada	898
679.	Boa-fé e prova	900
§ 84.	Da Produção Antecipada da Prova	903
680.	Noções introdutórias.....	903
681.	Antecipação de prova.....	903
682.	Cabimento	904
683.	Oportunidade	908
684.	Objeto da antecipação de prova.....	908
685.	Competência	909
686.	Procedimento.....	909
687.	Sentença.....	911
688.	Valoração da prova antecipada	911
689.	Eficácia.....	912
690.	Medida <i>inaudita altera parte</i>	912
691.	Despesas processuais.....	912
692.	Destino dos autos	912

CAPÍTULO XXVII – MEIOS LEGAIS DE PROVA

§ 85.	Ata Notarial.....	915
693.	Conceito.....	915
694.	Natureza da ata notarial.....	916
695.	Necessidade de requerimento da parte interessada	916
696.	Falsidade da ata.....	917
697.	Exemplos de fatos registráveis em ata notarial	917
§ 86.	Depoimento Pessoal	919
698.	Conceito.....	919
699.	Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	919
700.	Legitimação para o depoimento	920
701.	Objeto do depoimento pessoal	920
702.	Procedimento.....	921
§ 87.	Confissão	924
703.	Conceito.....	924
704.	Requisitos da confissão	925
705.	Classificações	925
706.	Efeitos da confissão	926
707.	Indivisibilidade da confissão.....	927
708.	Valor da confissão extrajudicial.....	928
§ 88.	Exibição de Documento ou Coisa.....	929
709.	Conceito.....	929

710.	Oportunidade da medida	929
711.	Legitimação e interesse	930
712.	Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte.....	931
712.1.	Exibição intentada contra cadastro de pontualidade	933
713.	Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro	934
§ 89.	Prova Documental	938
714.	Conceito.....	938
715.	Força probante dos documentos	939
716.	Documentos públicos	939
717.	Reprodução de documentos públicos.....	941
718.	Documentos particulares	942
719.	Valor probante do documento particular.....	942
720.	Telegramas, cartas, registros domésticos.....	944
721.	Livros empresariais.....	945
722.	Documentos arquivados em meio eletromagnético	946
723.	Reprodução de documentos particulares.....	947
724.	Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	948
725.	Documentos viciados em sua forma.....	949
726.	Falsidade documental	950
727.	Espécies de falsidade	951
728.	Ônus da prova.....	952
729.	A arguição de falsidade.....	953
730.	Procedimento do incidente de falsidade	954
731.	Facultatividade do incidente de falsidade	955
732.	Produção da prova documental.....	956
733.	Desentranhamento de documentos	959
§ 90.	Documentos Eletrônicos	962
734.	Noção introdutória.....	962
735.	Documento eletrônico	962
736.	Regime legal	963
737.	Documento eletrônico não certificado.....	964
§ 91.	Prova Testemunhal	966
738.	Conceito.....	966
739.	Valor probante das testemunhas.....	966
740.	Inadmissibilidade da prova testemunhal.....	967
741.	Direitos e deveres da testemunha.....	969
742.	A produção da prova testemunhal	973
§ 92.	Prova Pericial	980
743.	Conceito.....	980
744.	Admissibilidade da perícia	982
745.	O perito.....	983
746.	O procedimento da prova pericial	986

747.	Valor probante da perícia	991
748.	Nova perícia	993
§ 93.	Inspeção Judicial	995
749.	Conceito.....	995
750.	Procedimento.....	995

CAPÍTULO XXVIII – FASE DECISÓRIA

§ 94.	Noções Introdutórias	997
751.	Conceito de processo	997
752.	Conteúdo e finalidade do processo.....	998
§ 95.	Sentença (I)	1000
753.	Definição legal e classificação doutrinária.....	1000
754.	Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito.....	1001
754.1.	Indeferimento da inicial.....	1002
754.2.	Abandono da causa.....	1002
754.3.	Ausência de pressupostos processuais.....	1004
754.4.	Perempção.....	1005
754.5.	Litispêndência e coisa julgada	1005
754.6.	Condições da ação.....	1006
754.7.	Perda do objeto.....	1008
754.8.	Convenção de arbitragem	1009
754.9.	Desistência da ação	1010
754.10.	Intransmissibilidade da ação.....	1011
754.11.	Confusão entre autor e réu.....	1011
755.	Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	1012
756.	Iniciativa da extinção do processo	1012
757.	Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	1013
758.	Juízo de retratação	1013
§ 96.	Sentença (II)	1014
759.	Extinção do processo com resolução de mérito	1014
759.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido	1015
759.2.	Prescrição e decadência.....	1016
759.3.	A prescrição e os diversos tipos de ação	1017
759.4.	Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	1019
759.5.	Transação.....	1020
759.6.	Retratação e rescisão de transação.....	1021
759.7.	Renúncia à pretensão.....	1022
760.	Natureza da sentença definitiva.....	1024
761.	Função da sentença definitiva.....	1025
762.	Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito)	1026
763.	Função da sentença terminativa.....	1027

§ 97. Estrutura e Formalidades da Sentença	1029
764. Conteúdo da sentença.....	1029
765. Relatório.....	1029
766. Motivação	1031
767. Dispositivo da sentença	1036
768. Condições formais da sentença	1036
769. Clareza	1037
770. Precisão	1037
771. A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa	1038
772. Sentença condenatória ilíquida	1039
773. A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer.....	1040
774. Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	1043
775. Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	1044
776. Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer)	1045
777. Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa.....	1045
§ 98. Publicação, Interpretação e Correção da Sentença	1047
778. Publicação e intimação da sentença.....	1047
779. Efeitos da publicação.....	1048
780. Correção e integração da sentença.....	1049
781. Princípio da demanda e princípio da congruência.....	1050
782. Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	1051
783. Interpretação da sentença.....	1054
§ 99. Classificação das Sentenças	1057
784. Classificações	1057
785. Sentenças declaratórias.....	1058
786. Sentenças condenatórias.....	1059
787. Sentença constitutiva	1061
788. Momento de eficácia da sentença.....	1062
789. Multiplicidade de efeitos da sentença.....	1063
§ 100. Efeitos da Sentença	1064
790. Conceito.....	1064
791. Entrega da prestação jurisdicional	1064
792. Classificação das sentenças quanto aos efeitos	1065
793. Hipoteca judiciária	1066
794. Outros efeitos secundários da sentença.....	1068
795. Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	1069
795.1. Julgamento da remessa necessária	1071
795.2. Exclusões da remessa necessária	1071
§ 101. Coisa Julgada	1073
796. A conceituação de coisa julgada no Código atual.....	1073

797.	Sentença, efeitos e coisa julgada	1074
798.	Coisa julgada administrativa.....	1077
799.	Coisa julgada total e parcial	1078
800.	Coisa julgada formal e material.....	1081
801.	Terminologia do julgamento de mérito.....	1084
802.	Fundamento da autoridade da coisa julgada	1085
803.	Arguição da coisa julgada.....	1086
804.	Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	1087
805.	Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	1087
806.	Preclusão.....	1088
§ 102.	Limites da Coisa Julgada	1092
807.	Limites objetivos.....	1092
808.	Motivos da sentença.....	1094
808.1.	Motivo e <i>ratio decidendi</i>	1096
808.2.	Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado... ..	1098
808.3.	Tendência do direito comparado e a posição do atual CPC.....	1100
808.4.	Processo civil espanhol.....	1102
808.5.	Processo civil da Federação Russa	1102
808.6.	Processo civil português.....	1102
808.7.	Processo civil italiano	1102
808.8.	Síntese	1105
809.	Verdade dos fatos.....	1106
810.	Questões prejudiciais	1107
811.	Questões implicitamente resolvidas.....	1111
812.	A eficácia preclusiva da coisa julgada	1113
812.1.	Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu	1115
813.	Limites subjetivos	1116
814.	Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo.....	1118
815.	Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias	1120
816.	Coisa julgada nas ações coletivas	1121
817.	Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejuvimentos	1124
818.	Limites temporais da coisa julgada	1126
819.	Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	1126
820.	Execução forçada e coisa julgada.....	1129

CAPÍTULO XXIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

§ 103.	Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	1131
821.	Sentença ilíquida.....	1131
822.	Execução da sentença ilíquida	1131
823.	Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	1132
824.	Casos de iliquidez da sentença	1133
825.	Natureza jurídica da liquidação da sentença	1134
826.	A liquidação e os honorários advocatícios.....	1136
827.	Limites da liquidação	1137

828.	Contraditório	1139
829.	Liquidez parcial da sentença	1139
830.	Liquidação por iniciativa do vencido	1139
831.	Recursos.....	1140
832.	Liquidação frustrada.....	1142
§ 104.	Procedimentos da Liquidação.....	1144
833.	Procedimentos possíveis.....	1144
834.	Liquidação por cálculo	1144
835.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	1145
836.	Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária	1146
837.	Liquidação por arbitramento	1146
838.	Liquidação pelo procedimento comum	1147
839.	A indisponibilidade do rito da liquidação	1149
840.	Rescisão da decisão liquidatória.....	1150

CAPÍTULO XXX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

§ 105.	Disposições gerais.....	1155
841.	Introdução	1155
842.	Custas e encargos do cumprimento de sentença.....	1156
843.	Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças.....	1156
Bibliografia.....		1161
Índice Onomástico.....		1191
Índice Alfabético de Assuntos.....		1197
Índice dos Fluxogramas.....		1225